

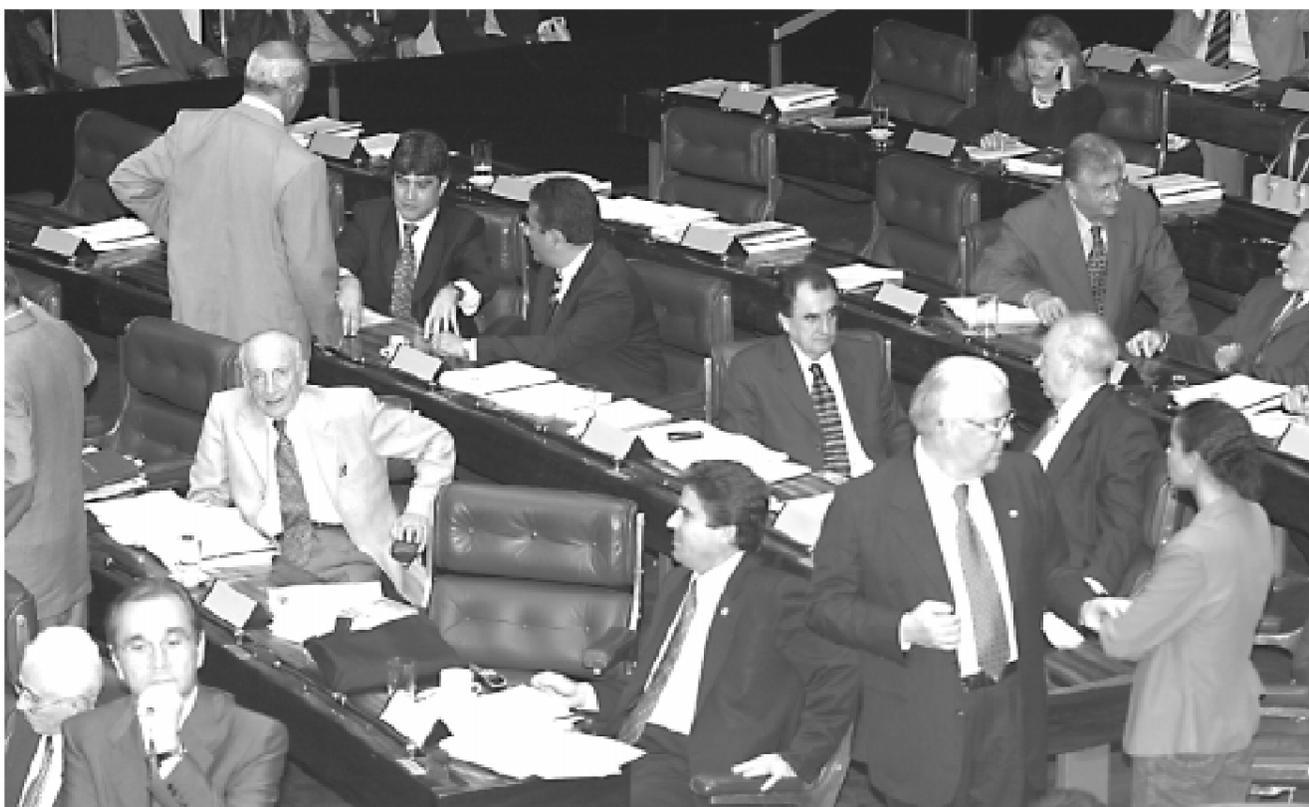
JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.483 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 2002

Senado aprova 13 medidas provisórias e bate recorde

Reajuste das tabelas de descontos na fonte e das deduções do Imposto de Renda da Pessoa Física está entre as matérias acolhidas pelo Plenário. Presidente do Senado acredita que foi batido recorde na aprovação de MPs



Treze das 14 medidas provisórias que ameaçavam obstruir a pauta foram votadas ontem pelo Plenário do Senado. Entre as medidas aprovadas está a que reajusta em 17,5% as tabelas de descontos na fonte e as deduções do Imposto de Renda da Pessoa Física. A alíquota do imposto para salários superiores a R\$ 2.115 será reduzida de 27,5% para 25%.

PÁGINAS 3 A 5

Renegociação de dívida agrícola será votada hoje

Única MP que ainda tranca a pauta, renegociação de dívidas relativas ao Proceca deve ser examinada hoje.

PÁGINA 5

O Plenário do Senado deu ontem passo decisivo para desobstruir a pauta de votações, o que pode acontecer hoje



O presidente do Senado, Ramez Tebet (D), participou ontem do simpósio "Educação Infantil: Construindo o Presente"

Tebet: Legislativo deve estar aberto à sociedade

PÁGINA 12

Indicado para Anatel vê teles fora de risco

PÁGINA 7



Comissão de Infra-Estrutura aprovou a indicação de Luiz Guilherme Schymura (na foto menor) para presidir a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)



Fotos: Márcia Kalume

Transferência da propriedade de material genético pode ser proibida

Proposta é um dos 44 itens da pauta da Comissão de Justiça, que analisa também a proibição da clonagem humana e a regulamentação de experiência de engenharia genética com animais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar na reunião de hoje, a partir das 10h, projeto de autoria do ex-senador Blairo Maggi que proíbe instituições públicas de transferirem para organizações privadas o direito de propriedade de material genético vegetal. O relator, senador Osmar Dias (PDT-PR), é favorável ao projeto, que será analisado em caráter terminativo pela Comissão de Educação (CE).

Também está na pauta parecer do senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) favorável ao projeto de lei do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que proíbe a clonagem de seres humanos e regulamenta as experiências na área de engenharia genética com animais. O autor da proposta defende, no entanto, que a votação da matéria seja precedida por debate público.

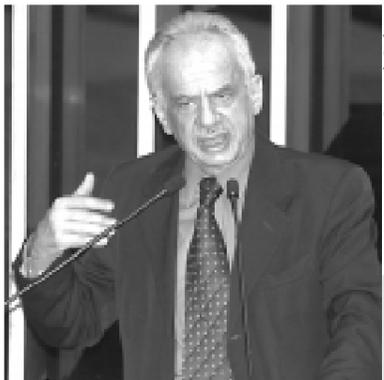


Bernardo Cabral preside a CCJ, que se reúne hoje a partir das 10h

Em regime de urgência, os membros da comissão devem analisar emenda ao projeto de lei que regulamenta o uso médico do silicone. A matéria, que já foi aprovada pela Câmara dos Deputados, tramita paralelamente na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

STM

Antes de analisar a extensa pauta de 44 itens, a comissão, presidida pelo senador Bernardo Cabral



Pedro Simon é autor de projeto que susta a cisão de Furnas

(PFL-AM), realizará sabatina do general do Exército Valdésio Guilherme de Figueiredo, indicado pelo presidente da República para ocupar o cargo de ministro no Superior Tribunal Militar (STM). O relator da indicação é o senador Romeu Tuma (PFL-SP). A votação será secreta.

Os senadores da CCJ também devem votar parecer ao projeto de decreto legislativo do senador

Pedro Simon (PMDB-RS) que susta decreto do governo federal que autoriza a cisão de Furnas e faz alterações na política de energia nuclear. A matéria é polêmica. O relator, senador Amir Lando (PMDB-RO), apresentou relatório favorável, e o vice-líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), voto em separado, pedindo a rejeição da proposta.

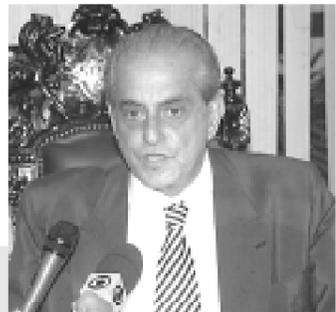
MÁQUINA AGRÍCOLA

Simon também é autor de projeto de lei determinando que máquinas, equipamentos e implementos agrícolas não possam ser penhorados. Para o senador, as garantias nesse sentido concedidas pela lei só protegem efetivamente os trabalhadores urbanos. O relator da matéria na CCJ, senador José Fogaça (PPS-RS), recomenda a aprovação em caráter terminativo.

CCJ analisa projeto que amplia tipos de crimes sexuais contra crianças

A CCJ também analisa hoje, em turno suplementar, substitutivo do senador Romeu Tuma ao projeto de lei do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) que classifica como hediondos os crimes sexuais contra crianças e adolescentes. Cumprida a formalidade, a proposta pode ser dada como definitivamente aprovada pela comissão e estará em condições de seguir para votação na Câmara dos Deputados, caso não haja recurso contra a decisão apresentado por, no mínimo, um décimo dos senadores.

Esse também deve ser o procedimento da CCJ quanto ao substitutivo do senador Sebastião Ro-



Projeto de Tebet inclui na lista dos crimes hediondos os cometidos contra adolescentes

cha ao projeto de lei do senador José Sarney (PMDB-AP), aprovado na última semana, que institui a reserva de 20% das vagas de universidades, concursos públicos e

crédito educativo para negros e pardos pelos próximos 50 anos.

A CCJ pode votar, na reunião de hoje, projeto de lei do senador licenciado Jorge Bornhausen (PFL-SC) que define regras gerais para os concursos públicos.

A proposta, que tramita em conjunto com projetos dos senadores Pedro Simon e Geraldo Althoff (PFL-SC), estabelece que a taxa de inscrição deve ser definida de acordo com a remuneração do cargo e deve ser devolvida caso o concurso seja cancelado. O projeto também determina que os requisitos para o concurso, como escolaridade mínima e qualificação profissional, só devem ser exigidos na

posse do candidato, e não na inscrição. O relator da matéria, senador Bello Parga (PFL-MA), é favorável à proposta de Bornhausen, analisada na CCJ em caráter terminativo.

BINGOS

Os senadores da comissão também podem analisar parecer do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) favorável ao projeto que acaba com os bingos vinculados a entidades esportivas. Para o senador Roberto Requião (PMDB-PR), desde que foram criados pela Lei Zico, de 1993, os bingos são alvo de suspeitas de diversos tipos de irregularidades, como lavagem de dinheiro.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

10h — Recebe Roberto Hashioka Saler, prefeito de Nova Andradina (MS), acompanhado de vereadores
10h30 — Recebe o deputado Marcos Lima, acompanhado de representantes do Grupo Parlamentar do Irã
11h — Recebe Romeu Chapchap, presidente do Secovi (Sindicato da Habitação)
11h30 — Recebe o Conselho dos Embaixadores Árabes no Brasil

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: MP que dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Proceca), entre outros itens.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: PLS que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), entre outros.

Logo a seguir — Subcomissão Permanente do Idoso
Pauta: discussão, definição e votação do cronograma da comissão. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: PLS que institui cotas para negros em universidades e órgãos públicos, entre outros. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

10h — Subcomissão do Esporte
Pauta: audiência pública com o ministro do Esporte e Turismo, Caio Luiz de Carvalho. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

10h — Comissão Mista do Centenário de Nascimento de JK
Pauta: reunião de trabalho. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7

14h30 — Comissão Mista Especial de Revitalização do Rio São Francisco
Pauta: Exposição dos funcionários da Embrapa sobre o uso prático da água. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7

17h — Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: exposição de Eleazar de Carvalho Filho, presidente do BNDES, sobre operação com Globo Cabo. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

17h30 — Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul
Pauta: votação e aprovação de atas e relatórios. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

18h30 — Comissão de Fiscalização e Controle
Pauta: audiência pública sobre o caso Arisa/BNB. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

ESPECIAL

9h — Simpósio, realizado pela Comissão de Educação, sobre educação infantil. Serão expositores Ângela Rabelo Barreto, do Fórum de Educação Infantil do Distrito Federal; Jorge Abraão de Castro, do Ipea; Fernando Veiga Barros, do Senado; e Carlos Roberto Jamil Cury, do Conselho Nacional de Educação

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

MPs NO SENADO

Plenário aprova 13 medidas provisórias

Os senadores votaram ontem 13 medidas provisórias que ameaçavam obstruir a pauta de votações. Falta ser votada apenas a MP que trata da dívida do setor rural, o que deve acontecer hoje. O presidente do Senado, Ramez Tebet, comemorou a votação das MPs e disse que o esforço dos senadores evitará que matérias importantes deixem de ser analisadas.

– Acredito que, em termos de votação de medidas provisórias, batemos um recorde. Votamos 13 das 14 MPs que estavam na pauta – disse Tebet.

Entre as medidas aprovadas está a que reajusta em 17,5% as tabelas de descontos na fonte e deduções do Imposto de Renda da Pessoa Física. Além disso, foi reduzida de 27,5% para 25%, a partir do próximo exercício, a alíquota de imposto para os salários superiores a R\$ 2.115.



Com as votações em Plenário, pauta deixa de ser obstruída por MPs

Roosevelt Pinheiro

Programa Bolsa-Renda atende agricultores atingidos pela seca

Mediante projeto de lei de conversão, o Senado aprovou e enviará à sanção medida instituindo o Programa Bolsa-Renda, a ser custeado com recursos alocados para ações emergenciais de defesa civil, e que atenderá os agricultores familiares atingidos pela seca nos municípios em que o governo federal reconheceu estado de calamidade ou situação de emergência.

O Senado decidiu que caberá ao Ministério da Integração Nacional a gestão do programa, cabendo-lhe definir o valor do benefício, que poderá ser de até

R\$ 60 mensais, a definição de critérios para determinação dos benefícios e dos órgãos responsáveis pelo cadastramento da população, assim como as exigências a serem cumpridas pelos beneficiários e as formas de controle social do programa.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse que políticas compensatórias são muito difíceis de aplicar quando dissociadas da realidade local. Ela também pediu que o Senado altere a MP referente ao seguro-safra, modificada no Senado e que a Câmara fez voltar ao estipulado pelo governo.

Polícia Federal investiga crimes de maior repercussão

Desde que a infração penal tenha repercussão interestadual ou internacional, a Polícia Federal poderá investigar crimes de seqüestro, cárcere privado, extorsão mediante seqüestro, formação de cartel e violação de direitos humanos. A decisão foi tomada ontem pelo Senado ao aprovar a conversão de medida provisória em projeto de lei que agora vai à sanção.

O projeto estabelece que a ação da Polícia Federal se produzirá sem prejuízo da responsabilidade dos órgãos

de segurança pública, em especial das polícias Civil e Militar dos estados. No crime de seqüestro, a Polícia Federal entrará na investigação quando o criminoso for impellido por motivação política ou quando praticar o crime em razão da função pública exercida pela vítima.

Foi decidido que, na investigação dessas infrações penais, a Polícia Federal poderá proceder à apuração de outros casos, desde que requeira tal providência ao ministro da Justiça, em representação fundamentada.

Álcool e gás de cozinha contam com subsídios

O Senado aprovou projeto de lei de conversão à medida provisória que concede subsídios aos preços do gás liquefeito de petróleo (GLP), para baratear o preço do botijão de gás para o consumidor de baixa renda por meio do Programa Auxílio-Gás. O projeto vai agora à sanção presidencial.

A proposta aprovada também destina parcela dos recursos financeiros oriundos da arrecadação de contribuição de intervenção no domínio financeiro à concessão de subvenções aos preços e ao transporte do álcool combustível, com a finalidade de equalizar os custos da matéria-prima produzida nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul do país.

Para o senador Carlos Wilson (PTB-PE), a medida é essencial para viabilizar a produção de álcool combustível no Nordeste, uma vez que seus custos são mais altos do que nas demais regiões do país. “Se não fossem atendidos, isso geraria um problema social de desemprego, com consequências indesejáveis de êxodo rural e inchaço das periferias das cidades”, disse.

O senador por Pernambuco também observou que o preço mais baixo do botijão de gás para famílias de baixa renda representa um programa social de grande alcance.

COMISSÃO

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) lamentou que o preço do botijão de gás aumentou mais de R\$ 10 nos últimos meses, mas o governo federal continua pagando R\$ 7,50 por mês de vale-gás distribuído às famílias pobres. O botijão de 13 quilos é vendido na maioria das cidades a R\$ 23.

A senadora informou aos senadores que não esteve presente à votação, no Plenário, da medida provisória que trata do subsídio ao preço e ao transporte do álcool porque no mesmo horário estava na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, participando da sabatina do futuro presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Ela sugeriu que o Congresso discuta em profundidade o papel estratégico da produção de álcool no país, criando para isso uma comissão de deputados e senadores.

Carlos Wilson: medida viabiliza produção de álcool



José Cruz



Roosevelt Pinheiro

Heloísa lamenta o aumento nos preços do gás de cozinha

Auxílio para estudantes de enfermagem

A medida provisória que instituiu o auxílio-aluno no âmbito do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores de Enfermagem (Profae) foi aprovada pelo Plenário. O auxílio resume-se a uma bolsa mensal no valor de R\$ 30, destinada a custear despesas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual dos alunos de enfermagem em 2002 e 2003. A bolsa é integralmente paga pela União, por meio dos Ministérios da Saúde, da Educação e da Fazenda. O total dos recursos destinados ao benefício até 2004 soma R\$ 105 milhões, provenientes de financiamento obtido junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A MP vai à promulgação.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) lembrou que os profissionais da área de enfermagem são responsáveis pelo atendimento de doentes e que seu trabalho não se resume à administração de medicamentos, mas envolve a relação com o paciente, onde cabe até uma palavra amiga. Maldaner informou que foi inaugurada uma escola de enfermagem em Ibituba (SC) que já conta com mais de cem alunos de vários municípios vizinhos. A bolsa, afirmou, vai ajudar a minimizar os custos de quem está aprendendo.

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) disse que a medida tem um grande mérito, pois existe carência de profissionais nessa área. Ele informou que 325 mil estudantes serão beneficiados. O senador Tião Viana (PT-AC) disse que, apesar de todas as divergências que tem com o Ministério da Saúde, reconhece que a MP busca beneficiar os estudantes e elevar a assistência desses profissionais à população. Ele lamentou que o auxílio seja de apenas R\$ 30 mensais.

MPs NO SENADO

Áreas atingidas por enchentes recebem recursos

O Senado aprovou medida provisória abrindo crédito extraordinário no valor de R\$ 13 milhões em favor do Ministério da Integração Nacional, para ações emergenciais de defesa civil em dez municípios da Baixada Fluminense e da região serrana do estado do Rio de Janeiro, vítimas de enchentes.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) protestou contra a demora na liberação dos recursos, uma vez que a calamidade — que deixou 2 mil pessoas desabrigadas, 55 mortas e 28 desaparecidas — ocorreu em dezembro do ano passado. Ele defendeu a ime-



Fotos: Célio Azevedo



Casildo Maldaner pede criação do Fundo Emergencial para Uso Civil e Lúcio Alcântara lembra demora no socorro a Fortaleza

diata aprovação de projeto de sua autoria que cria o Fundo Emergencial para Uso Civil, dotado de

recursos que podem ser liberados sem burocracia e sem demora, assim que ocorrerem calamida-

des. “Elas não avisam quando vão chegar, por isso precisamos estar sempre preparados”, afirmou.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) lembrou que os recursos para atender às inundações da região de Fortaleza (CE), ocorridas em março do ano passado, levaram um ano inteiro para ser liberados. “A natureza se vingou e, no corrente ano, novas enchentes aconteceram no mesmo mês de março”, disse. Os senadores Emilia Fernandes (PT-RS) e Ney Suassuna (PMDB-PB) concordaram com a necessidade de se levar mais a sério as necessidades de municípios que enfrentam se-

cas e enchentes, tomando medidas imediatas de atendimento.

Numa segunda votação, o Senado aprovou também medida provisória abrindo crédito extraordinário de R\$ 2,8 milhões, no Orçamento de Investimentos para 2001, em favor de empresas estatais. Esses recursos são oriundos das próprias empresas, de repasses da controladora e de operações de crédito. O Orçamento de Investimentos dessas empresas ficará reduzido em cerca de R\$1,8 bilhão no mesmo exercício.

Como não receberam emendas, as duas medidas provisórias vão à promulgação.

Manutenção de estradas e defesa civil têm crédito de R\$ 115 milhões

Medida provisória abrindo crédito extraordinário de R\$ 115 milhões em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional foi aprovada ontem pelo Senado e vai agora à promulgação. Os recursos serão aplicados na manutenção da malha rodoviária federal e em ações emergenciais de defesa civil.

O governo informou que o di-

nheiro necessário à abertura desse crédito resultará da anulação parcial de reserva de contingência. Informou também que o saldo apurado das dotações orçamentárias consignadas ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) será remanejado para o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit).

Definida tributação especial para previdência complementar

Norma de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário prevista em medida provisória editada em janeiro deste ano foi aprovada ontem pelo Senado. Segundo o texto, a opção pelo regime especial de tributação criado por outra MP (de setembro do ano passado), feita por entidade de previdência complementar, sociedade seguradora ou administrador do Fundo de Aposentadoria Programada Individual, instituído neste ano, produzirá efeitos a partir do trimestre-calendário da opção até 31 de de-

zembro do ano-calendário.

Pela decisão, essa norma se aplicará inclusive às hipóteses de entidades de previdência resultantes de cisão, incorporação e fusão. Quando houver transferência de participante de plano de benefícios de caráter previdenciário para outro da mesma espécie, operado pela mesma ou outra entidade, será mantida para o participante transferido, como data de ingresso, aquela de sua admissão no plano original. O texto agora vai à promulgação.

Aprovado mercado atacadista de energia elétrica

Com a aprovação de medida provisória que agora vai à promulgação, o Senado concordou com a criação do Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), pessoa jurídica sem fins lucrativos, submetido a regulamentação e fiscalização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a ser integrado por agentes vinculados aos serviços de energia.

A iniciativa tem por finalidade viabilizar as transações de compra e venda de energia elétrica nos sistemas interligados. A regulamentação prevista pela MP deverá abranger a instituição da convenção de mercado, o estabelecimento de suas regras e procedimentos, a definição de normas de funcionamento e os mecanismos de proteção aos consumidores.

Ficou ainda definido que a compra e venda de energia elétrica que não for objeto de contrato bilateral será realizada a preços determinados, conforme as regras do mercado. O texto diz também que são órgãos do MAE a assembleia geral, o conselho de administração e a superintendência.

Gratificação de servidores da Imprensa Nacional é substituída

O Senado aprovou ontem medida provisória que extinguiu, a partir de 1º de fevereiro deste ano, a gratificação de produção suplementar devida aos servidores da Imprensa Nacional. Agora esses servidores terão direito à Gratificação de Desempenho Técnico-Administrativa, instituída neste ano.

Foi também decidido que, havendo diferença entre o valor da gratificação de produção suplementar, que correspondia a R\$ 1.241,07 (expurgados os períodos em que ocorreram paralisações naquele órgão)

e o valor médio da nova gratificação, observado ainda o nível de cada servidor, será ela paga como complementação.

Durante a votação, o senador José Fogaça (PPS-RS) argumentou que essa matéria jamais poderia ser objeto de medida provisória. Em sua opinião, essa é a razão pela qual as MPs se avolumam e emperram a pauta do Senado. Ele disse que a iniciativa era justa, mas não tinha relevância nem urgência. O presidente do Senado, Ramez Tebet, apoiou a tese de Fogaça.

Adiada cobrança de contribuição para indústria cinematográfica

O Plenário do Senado aprovou ontem a medida provisória que adia para junho deste ano a cobrança da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica (Condecine), incidente sobre veiculação, produção, licenciamento e distribuição de filmes e vídeos comerciais; e para março a Condecine que incide sobre pagamento, crédito, empre-

go, remessa ou entrega a produtores, distribuidores ou intermediários estrangeiros e importadores nacionais de filmes e vídeos de outros países.

O Plenário rejeitou a emenda do deputado relator, Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), que criava também mecanismos de defesa para os filmes publicitários brasileiros.

Isentos de IR ou enquadrados no Simples pagam 10% sobre ganhos com ações

O Senado aprovou medida provisória que permite a pessoas físicas e jurídicas isentas do Imposto de Renda, ou sujeitas ao regime tributário do Simples, pagarem 10% de alíquota do IR incidente so-

bre os ganhos líquidos com ações, sem alienação, em 2001. A MP, editada no final de 2001, fixou o prazo do pagamento em até 31 de janeiro de 2002.

O cálculo do imposto a pagar terá como base a diferença, para

mais, do valor médio da ação na Bolsa de Valores de São Paulo em dezembro de 2001 (ou no mês mais próximo, caso não tenha havido pregão em dezembro) e seu custo médio de compra. A Secretaria da Receita Fe-

deral vai divulgar relação com os preços das ações negociadas pela Bolsa de Valores de São Paulo em dezembro.

A medida provisória incluiu mecanismos para evitar prescrições de venda em dezembro,

como forma de fugir do aumento da alíquota de 10% para 20%. Os fundos fechados de pensão ficam isentos da Contribuição sobre Lucro Líquido (CSLL) sobre os ganhos obtidos a partir de janeiro de 2002.

MPs NO SENADO

Senado está limpando a pauta, diz Tebet

O Senado está limpando a pauta, trabalhando dentro do Regimento e de acordo com a vontade soberana do Plenário, afirmou o presidente do Senado, Ramez Tebet, em entrevista ontem, após a votação de 13 medidas provisórias. “Acho que nunca se votaram tantas medidas provisórias em um dia só”, afirmou.

Tebet lembrou que ficou faltando votar uma MP, que as lideranças concordaram em deixar para hoje, uma vez que há requerimentos para modificação de texto.

Sobre a proposta de emenda



Ramez Tebet: Plenário bateu recorde ao votar 13 MPs da pauta

constitucional (PEC) que prorroga a cobrança da CPMF, Ramez Tebet afirmou que, assim que a matéria chegar ao Senado, será posta em votação.

— Terá que ser seguido o rito; os interstícios só poderão ser eventualmente quebrados se houver acordo unânime das lideranças — disse, lembrando que, por enquanto, está prevista tramitação normal.

A PEC da CPMF será primeiro examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e deverá levar entre 45 e 60 dias para ir a Plenário, segundo

Tebet. Ele acredita que a matéria será votada por todos os partidos, sem qualquer obstrução, cada um seguindo sua posição.

Em relação à escolha do candidato do PMDB a vice-presidente da República, na chapa de José Serra (PSDB-SP), Tebet disse que “para tudo há um momento certo”.

— É um processo de conversação política e não acredito que saia um nome assim tão rapidamente — afirmou.

Ao encerrar a sessão, Tebet parabenizou os senadores pelo êxito dos trabalhos. “Acredito que, em termos de votação de medidas provisórias, batemos um recorde. Votamos 13 das 14 MPs que estavam na pauta”, disse.

Tabelas do Imposto de Renda são reajustadas

O projeto de conversão de medida provisória (MP), que reajusta as tabelas de descontos na fonte e deduções do Imposto de Renda da Pessoa Física, foi mais um dos itens aprovados ontem pelo Plenário. A matéria, que vinha sendo disciplinada por meio de medida provisória desde janeiro, já foi aprovada na Câmara e vai agora à sanção presidencial.

Com a correção, a Tabela Progressiva Mensal prevê desconto zero para quem ganha até R\$ 1.058, contra os R\$ 900 vigentes para a declaração apresentada em 2002, relativa ao ano-base 2001. Para quem ganha de R\$ 1.058 até R\$ 2.115, a alíquota de desconto é de 15%. Acima de R\$ 2.115, a alíquota sobe para 27,5%. A Tabela Progressiva Anual prevê alíquota zero para ganhos até R\$ 12.696; 15% para ganhos entre R\$ 12.696,01 e R\$ 25.380; e 27,5% para ganhos acima de R\$ 25.380.

O projeto de lei de conversão trouxe modificações em relação à MP. A mais importante delas é a retirada do texto do aumento na alíquota referente à renda de profissionais liberais e empresas prestadoras de serviço. O governo havia aumentado essa

alíquota como forma de compensar a perda na arrecadação gerada pelo reajuste da tabela de pessoa física.

O relator adjunto, nomeado pela Mesa do Senado, Paulo Souto (PFL-BA), disse que o projeto veio corrigir uma injustiça, com a atualização da tabela. Segundo ele, a Receita aplicava uma tributação disfarçada sobre o Imposto de Renda da Pessoa Física, mas o governo atendeu aos apelos dos contribuintes e concordou com um



Reajuste aprovado é a primeira vitória, diz Paulo Hartung

reajuste de 17,5%.

O autor da proposta original, senador Paulo Hartung (PSB-ES), lembrou que o congelamento da tabela do IR durou mais de seis anos. “O que era arrecadação, virou confisco”, afirmou. Ele disse estar parcialmente satisfi-

to, pois em sua proposta o reajuste da tabela era de 35%, mas salientou que a aprovação desse projeto é a primeira vitória dos contribuintes frente à Receita Federal. Hartung disse ainda que essa vitória representa a abertura de uma janela para a reestruturação do sistema tributário brasileiro.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que o projeto aprovado também representa um retrocesso por não observar o princípio da progressividade.

Renegociação de dívidas do Procerá fica para hoje

A Medida Provisória nº 24, de 2002, que trata da repactuação e alongamento das dívidas contratadas no Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procerá), tranca a pauta de votação do Senado de hoje, caso não seja o primeiro item a ser votado. Mesmo tendo votado 13 MPs ontem, o Plenário não deliberou sobre a matéria re-



Jonas Pinheiro terá reunião hoje com Pedro Parente

ferente ao Procerá, que ainda aguarda negociações com o governo.

O relator, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), informou que o ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Pedro Parente, o convocou para uma reunião na manhã de hoje, para tratarmos do texto da medida provisória que agora tranca a pauta do Senado.

De acordo com o parlamentar, alguns itens da MP nº 9, de 2002 — já aprovada pelo Congresso e que trata do mesmo assunto —, serão vetados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Esses itens serão corrigidos e incluídos na MP nº 24.

Votada a medida provisória, o Senado poderá deliberar sobre o restante da pauta, como a proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite a participação do capital estrangeiro nas empresas de comunicação.

Para Marina, Cristovam foi vítima de “ética de ocasião”

A senadora Marina Silva (PT-AC) disse que o ex-governador do Distrito Federal Cristovam Buarque (PT) está sendo vítima de uma “ética de ocasião” por parte do Tribunal Regional Eleitoral do DF, que condenou Cristovam a três meses de tra-



Marina espera que TSE acolha recurso nos prazos eleitorais

balhos comunitários e multa de R\$ 360 sob a acusação de “desobediência a ordens da Justiça Eleitoral”. A condenação implica inelegibilidade por três anos.

Marina lembrou que em abril de 1998 o PMDB-DF ingressou no TRE com representação pedindo suspensão da propaganda institucional do governo do Distrito Federal, alegando que estava sendo usado o *slogan* “Governo Democrático e Popular”, o que caracterizaria promoção pessoal do governador e propaganda antecipada.

— O então presidente do PMDB do DF, deputado distrital Luiz Estevão, instituiu a prática de “judicializar” a política, transferir para o Judiciário as divergências com o governador. O TRE atendeu à liminar e suspendeu a propaganda, o que foi depois modificado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que manteve no

entanto a proibição do uso do *slogan*.

Marina disse que em julho de 98, o PMDB entrou com outra representação no TRE, que concedeu liminar, ordenando a retirada de todas as placas de obras do governo do Distrito Federal. Novamente a

decisão foi modificada pelo TSE, que admitiu as placas, mas proibiu o uso de símbolos ou expressões que identificassem candidatos à reeleição, como o eram Cristovam e o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

A senadora informou que Cristovam determinou ao secretário de Comunicação Social que cumprisse a determinação, o que não aconteceu com o presidente da República. Em diligências, o TRE identificou um cumprimento apenas parcial, considerou que Cristovam teria chegado em seu próprio carro, e condenou o governador.

Segundo Marina, a condenação nem poderia ter acontecido, porque houve prescrição. Ela espera que o TSE julgue os recursos a tempo de permitir a candidatura de Cristovam ao Senado Federal.

Ministro considera difícil anular a decisão do TSE

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem o ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, que admitiu que os efeitos da verticalização das coligações podem “complicar o processo eleitoral”, mas considerou difícil, do ponto de vista jurídico, anular a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por decreto legislativo.

— Acho difícil mudar a situação, pois o decreto legislativo, na minha visão, só revoga excessos pra-

ticados em atos normativos do Executivo e não do Judiciário. E, como a interpretação dada pelo TSE sobre coligações não tem vinculação, os juízes eleitorais e os Tribunais Regionais Eleitorais poderão ter entendimentos diversos — afirmou.

Segundo Reale, Tebet manifestou preocupação com prejuízos para a imagem dos partidos políticos caso sejam lançadas candidaturas apenas para fazer constar, contornando as novas normas.

Reginaldo Duarte passa a integrar bancada do PSDB

O presidente do Senado, Ramez Tebet, deu posse ontem ao novo senador pelo Ceará, Reginaldo Duarte, que integrará a bancada do PSDB. Ele substituiu o senador Luiz Pontes (PSDB-CE) que solicitou licença para tratamento de assuntos pessoais.

Reginaldo Duarte prestou o ju-



Novo senador pelo Ceará, Reginaldo Duarte substituiu Luiz Pontes

ramento de praxe, prometendo guardar a Constituição e trabalhar pela união e integração do país.

Moreira quer exploração de terra indígena regulamentada

A inexistência de lei para a atividade econômica, disse, já provocou várias mortes em conflitos entre índios e garimpeiros em Rondônia

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) denunciou ontem a morte de seis garimpeiros e um índio no município de Espigão d'Oeste (RO). Segundo disse, uma das causas dos conflitos é a não-aprovação, pela Câmara dos Deputados, de projeto de lei de autoria do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que regulamenta a exploração das riquezas nas terras indígenas. A matéria já foi aprovada pelo Senado há mais de seis anos, afirmou o senador.

Sem uma legislação específica sobre o assunto, observou, alguns líderes indígenas cintas-largas autorizaram, mediante cobrança de pedágio, a instalação de um garimpo em suas terras. De acordo com o senador, o acordo motivou "um entra-e-sai" de garimpeiros na área, intensificando os conflitos entre brancos e índios.

O resultado foi o assassinato do índio cinta-larga César, que teve



Segundo Moreira Mendes, os conflitos se intensificaram esta semana na área indígena cinta-larga

uma de suas mãos decepadas. Embora a ocorrência tenha sido registrada e algumas investigações realizadas, a polícia ainda não conseguiu chegar ao responsável pela morte, informou o senador. Das seis mortes de garimpeiros, quatro já foram desvendadas e dois dos autores estão sendo processados.

— Nesta semana a situação se

agravou com a prisão dos caciques cintas-largas Noçoca Pio e Alzak, funcionários da Funai. Na segunda-feira, foi preso o cacique cinta-larga João, conhecido como João Bravo, por ordem de um juiz federal. As prisões foram motivadas pela autorização que caciques deram para a entrada de garimpeiros sob pagamento de pedágio, afirmou Moreira Mendes.

A preocupação do senador é que, devido às prisões, os conflitos entre garimpeiros e índios se intensifiquem. Moreira Mendes fez apelo à Câmara para que o projeto de Romero Jucá seja colocado logo em votação.

— O que acontece hoje é o desvio da atividade, a corrupção, a sonegação de impostos e, para tristeza de todos nós, a perda de vidas humanas, como tem ocorrido no município de Espigão d'Oeste, na área indígena cinta-larga — lamentou.

Viana vê "inampização" do Ministério da Saúde

A criação de agências regulatórias no setor de saúde e a ameaça de "inampização" do Ministério da Saúde foram abordadas ontem pelo senador Tião Viana (PT-AC). Ele leu em Plenário artigo do médico de saúde pública Luiz Carlos Romero, consultor legislativo do Senado, publicado no boletim *Debater*.

Para o consultor, "com a criação de um conjunto de agências — Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANSS)

e, agora, a Agência Federal de Prevenção e Controle de Doenças (Apec) —, concluiu-se um processo que vinha sendo urdido desde 1988: a 'inampização' do Ministério da Saúde". A criação dessas agências, afirmou, retirou do ministério competências de regulação, fiscalização e execução de serviços de saúde pública, sobrando para a pasta as atribuições do antigo Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (Inamps), que são assistência médica e farmacêutica.



Viana mostrou artigo que analisa a criação de agências

A "inampização", disse, continua ao se manter o financiamento do sistema com o pagamento de procedimentos. Assim, o serviço que não for caracterizado como procedimento não tem como ser remunerado. O consultor citou os laboratórios de saúde pública, que se restringem a fazer exames de fezes, urina e sangue, em vez de testes necessários ao controle de doenças.

CAS analisa projeto sobre reprodução assistida

Das 13 matérias em pauta na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), sete tratam de questões relacionadas à saúde humana e animal. Hoje, a partir das 9h, a comissão deve colocar em discussão projetos que dispõem sobre as técnicas de reprodução assistida, atendimento preferencial a idosos, gestantes, deficientes e crianças no Sistema Único de Saúde (SUS) e a obrigatoriedade de realização de exames para diag-

nóstico precoce da fenilcetonúria e do hipotireoidismo congênito.

De iniciativa do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), a proposta que regulamenta a reprodução assistida, envolvendo inseminação artificial e fertilização *in vitro*, pode ser aprovada na forma de substitutivo do senador Tião Viana (PT-AC).

O projeto da Câmara que concede prioridade a idosos, gestantes, deficientes e crianças de pri-

meira idade na marcação de consultas e realização de exames em unidades do SUS também recebeu substitutivo, de autoria do senador Ademir Andrade (PSB-PA). Já o projeto que torna obrigatória a realização do "teste do pezinho" nos recém-nascidos, exame para o diagnóstico precoce da fenilcetonúria e do hipotireoidismo congênito, recebeu parecer contrário do senador Geraldo Althoff (PFL-SC).

Comissão votará repúdio a atos das Farc e grupos paramilitares

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisou ontem carta enviada pela esposa do senador colombiano Luís Eladio Pérez Bonilla, em que ela solicita um pronunciamento em favor da libertação das



Redação do documento foi proposta por Jefferson Péres

autoridades seqüestradas pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

O presidente da CRE, senador Jefferson Péres (PDT-AM), propôs a redação de um documento expressando o repúdio do Senado Federal às práticas violentas das Farc, bem como do governo e dos grupos paramilitares de direita que também atuam naquele país. A minuta do documento será apreciada pelos integrantes da CRE na próxima terça-feira.

Jefferson relatou encontro que teve na semana passada com o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, juntamente com os senadores Roberto Saturnino (sem partido-RJ) e João Alberto Souza (PMDB-MA).

No encontro, Celso Lafer explicou as tentativas realizadas pelo governo brasileiro para impedir a saída de José Maurício Bustani da direção geral da Organização para a Proscrição de Armas Químicas (Opaq), por pressão do governo norte-americano. O presidente da CRE acrescentou que, no caso de o Itamaraty liberá-lo, Bustani poderá contar o que aconteceu na próxima reunião da comissão.

Emilia destaca estudos para recuperação do Rio Santa Maria

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) comemorou a assinatura de contrato entre os governos da Espanha e do estado do Rio Grande do Sul para execução de estudos de viabilidade do Programa de Recuperação e Desenvolvimento da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria. O governo espanhol destinará cerca de R\$ 580 mil aos estudos, sem a necessidade de contrapartida e a fundo perdido.

Os trabalhos, explicou Emilia Fernandes, deverão identificar o



Emilia destacou assinatura de contrato com Espanha

que é necessário para evitar as cheias que durante o inverno atingem os municípios localizados nas margens do rio. Também serão realizados estudos sobre o uso das águas do rio para irrigação, principalmente nas culturas

de arroz, milho, soja e frutas. — O governo do Rio Grande do Sul tem consciência e compromisso com aquela região e tem se empenhado em desenvolver políticas em várias áreas, em direção a mudanças do perfil socioeconômico e cultural — ressaltou.

Patrocínio propõe redução do recesso para 60 dias

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) defende a redução do recesso parlamentar de 92 para 60 dias, em vez de apenas 45, conforme estabelece a proposta de emenda constitucional de autoria do então senador Jader Barbalho. Patrocínio observou que a fixação de um recesso de dois meses é uma medida menos drástica.

A iniciativa de Patrocínio estabelece que o Congresso se reúna, anualmente, de 20 de janeiro a



Patrocínio apresentou emenda a proposta sobre o assunto

30 de junho e de 1º de agosto a 20 de dezembro. Ele disse concordar com o espírito da PEC, que em razão de sua emenda voltou ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O senador reconheceu que a opinião pública está exigindo maior agilidade na votação dos projetos, muitos deles apresentados justamente para atender a situações emergentes, "cuja solução é dificultada pela longa ausência dos congressistas".

Indicado para a Anatel descarta insolvência de teles

Luiz Guilherme Schymura teve o nome aprovado pela Comissão de Infra-Estrutura para a presidência da Agência Nacional de Telecomunicações

As empresas de telecomunicações estão enfrentando “uma baixa taxa de rentabilidade”, mas “não há risco de insolvências”, garantiu aos senadores da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) o engenheiro Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, indicado pelo presidente da República para o cargo de presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Ele foi sabatinado por mais de duas horas e, no final, seu nome foi aprovado por 19 votos favoráveis, dois contrários e uma abstenção. Os líderes governistas pretendem aprovar o nome de Schymura no Plenário na próxima semana.

Questionado, o engenheiro não admitiu aumento de tarifas para o setor, mas ponderou que as empresas estão cobrando preços abaixo do que a lei autoriza. “O setor não enfrenta problemas financeiros” e apenas “poucas empresas” estariam com situação financeira “não muito boa”.



O engenheiro Schymura (E) foi sabatinado ontem pela CI por mais de duas horas. Sua indicação vai agora ao Plenário

O problema, na opinião de Schymura, pode levar as empresas a não investirem no futuro. Ele informou que a fusão de companhias de telecomunicações pode ser um dos caminhos para redução de custos do setor, mas essa solução só será possível a partir de julho do próximo ano, conforme a legislação.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que houve nos últimos dias informações sobre dificuldades do setor, com a divulgação de documento de uma empresa de telecomunicações. O presidente indicado da Anatel opinou que a solução para os problemas do setor não deve re-

presentar aporte de dinheiro do governo nas empresas.

José Eduardo Dutra (PT-SE) disse temer que “essa história de baixa rentabilidade” acabe levando a grandes fusões, o que transformaria o antigo monopólio estatal em monopólio privado nas telecomunicações.

O senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ) teme que, no final, “ou a Anatel dá aumento de tarifas ou o povo fica sem telefones”. Gerson Camata (PMDB-ES) reconheceu os grandes avanços da privatização. Benício Sampaio (PPB-PI) questionou se a fusão de empresas não irá reduzir a competitividade no setor. Heloísa Helena (PT-AL) quis saber quantas empresas encontram-se sob risco. “Não há risco de insolvências”, respondeu o engenheiro.

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), relatora da mensagem presidencial com a indicação, destacou que Schymura possui formação acadêmica e experiência profissional para o cargo.

Álvaro pede medidas em favor de caminhoneiros do Paraná

O senador Álvaro Dias (PDT-PR) informou que encaminhou ofícios aos ministros dos Transportes, João Henrique de Almeida Souza, e do Trabalho e Emprego, Paulo Jobim Filho, solicitando que o Sindicato Nacional de Transportadores Rodoviários Autônomos (Sindican) seja impedido de monopolizar o transporte de veículos no estado do Paraná.

Com sede em São Paulo, o Sindican não admite que caminhoneiros do Paraná transportem veículos das fábricas de São Bernardo do Campo (SP), denunciou o senador. No entanto, ressaltou, não há nenhum tipo de restrições em relação aos caminhoneiros paulistas que transportam carros da Renault produzidos no Paraná.



Álvaro: sindicato em São Paulo quer monopolizar o transporte de veículos

Álvaro Dias afirmou que essa não é a primeira tentativa do sindicato de impedir caminhoneiros de outros estados de transportar veículos. Os caminhoneiros do Espírito Santo foram obrigados a criar um sindicato para defender seus interesses.

Na época em que a maioria dos carros importados chegava ao Brasil pelo Porto de Vitória, o Sindican alegou que só os caminhoneiros paulistas, filiados ao sindicato, poderiam fazer o transporte.

— Essa tentativa de invasão do Paraná por um sindicato com sede em São Paulo está provocando indignação, revolta, desemprego e manifestações que acabam, lamentavelmente, em violência — alertou o senador.



O presidente do Senado prometeu a representantes de empresários atacadistas apoio a propostas de proteção ao transporte de cargas

Calheiros homenageia Pontes de Miranda

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) homenageou o acadêmico Pontes de Miranda, que, se estivesse vivo, teria completado ontem 110 anos. Em virtude de compromissos em Brasília, Calheiros não pôde participar das cerimônias de homenagem ao jurista realizadas em Alagoas.

Advogado, matemático, jornalista, filósofo, sociólogo, antropólogo, magistrado, professor, poe-



Calheiros lembrou os 110 anos de nascimento do jurista

ta e diplomata, Pontes de Miranda ocupou a cadeira nº 7 da Academia Brasileira de Letras. Seu primeiro livro, *À Margem do Direito*, foi escrito em 1909, antes mesmo de o jurista ter concluído o curso na Faculdade de Direito do Recife, informou Renan Calheiros.

— Defensor apaixonado dos direitos humanos, desde cedo propagou a igualdade entre homens

e mulheres, afirmando que em matéria de sexo tudo nos une e nada nos separa, inclusive no plano dos méritos, das prerrogativas e dos deveres. Paladino da liberdade e da democracia, não hesitou em recusar o posto de embaixador brasileiro na Alemanha, por discordar dos métodos de Hitler — lembrou o senador.

Pontes de Miranda, informou Calheiros, escreveu *O Tratado de Direito Privado*, condensado em 60 volumes. Ele escreveu também sobre sociologia, filosofia, matemática e ciência política.

Tebet recebe representantes de atacadistas e distribuidores

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem o presidente da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados (Abad), Paulo Herminio Pennacchi, e prometeu apoio às propostas que visam aumentar a segurança do transporte de cargas no país.

Os senadores Álvaro Dias (PDT-PR) e Moreira Mendes (PFL-RO) acompanharam a audiência. Também participaram os presidentes das associações regionais de ata-

cadistas e distribuidores. Tebet disse que a reforma tributária, reivindicada pelos dirigentes das entidades, dificilmente será aprovada neste ano.

Também foram recebidos pelo presidente do Senado o governador de Santa Catarina, Esperidião Amin, acompanhado pelo senador Gerado Althoff (PFL-SC), o ministro do Trabalho e Emprego, Paulo Jobim Filho, e o presidente da Caixa Econômica Federal, Valdery Albuquerque.

Senadores debatem com técnicos da Embrapa eficiência na irrigação

A Comissão Especial do Rio São Francisco realiza às 14h30 de hoje reunião para ouvir o chefe-geral da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) de Sete Lagoas (MG), Antônio Bahia Filho, e o pesquisador Derli Prudente Santana. Eles debaterão o uso prático da água e a sua eficiência para a irrigação.

A comissão faz o acompanhamento e a avaliação do projeto de conservação e revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. A reunião será na sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa, no Anexo II.

CFC realiza audiência sobre decisão judicial contra o BNB

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) realiza hoje, a partir das 18h30, audiência sobre o descumprimento de decisão judicial que determinou o pagamento de indenização pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) à empresa Agroindustrial e Reflorestadora Ltda. (Agrima).

Participarão o presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará, Tomaz Silva; o ex-diretor do BNB Jefferson Albuquerque; o deputado estadual (CE) João Alfredo Telles; e o presidente da Agrima, Antonio José Nóbrega.

Comissão discute propostas para o centenário de Juscelino Kubitschek

A comissão mista especial do centenário de nascimento de Juscelino Kubitschek deve se reunir às 10h de hoje para discussão e apresentação de propostas ligadas à preparação de eventos que serão promovidos em homenagem ao ex-presidente da República e fundador de Brasília.

Instalada no início do mês, a comissão tem como presidente o deputado Paulo Octávio (PFL-DF), como vice-presidente o senador Arlindo Porto (PTB-MG) e como relator o senador Francelino Pereira (PFL-MG). A reunião será realizada na sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa.

Lobão destaca aumento do consumo de energia solar

Segundo o senador, 24 municípios do Maranhão já utilizam essa fonte energética, cujos equipamentos são repassados às comunidades a custo zero

Cerca de 20 mil moradores de 24 municípios e localidades do Maranhão já se beneficiam com programas de energia solar, informou ontem, em discurso, o senador Edison Lobão (PFL-MA). Criados com os recursos do Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios (Prodeem), os programas beneficiam entidades como associações de moradores e escolas distantes pelo menos cinco quilômetros da rede de energia convencional. Os equipamentos para captação de energia solar são repassados às comunidades a custo zero, informou o senador.

Autor de projeto que cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis, já aprovado pelo Senado, Edison Lobão entende que



Lobão é autor de projeto que cria Programa de Incentivos a Energias Renováveis

programas como esse levam a oportunidade concreta de melhoria social e financeira das comunidades, antes isoladas culturalmente ou fora do processo produtivo.

Ele ressaltou que o aproveitamento da energia solar seria uma

solução para as comunidades rurais distantes da rede elétrica, além de uma saída barata para o aquecimento de água nos chuveiros elétricos, tidos como principal vilão pelas empresas de distribuição de energia. O senador lembrou que o Brasil é o país que mais utiliza o chuveiro elétrico no mundo.

No entanto, disse o senador, apesar de o país receber 2.500 horas de sol por ano, o que equivale a 15 trilhões de MW, 20 milhões de brasileiros vivem sem energia elétrica. Usando apenas uma parte desse potencial, segundo Lobão, seria possível gerar suprimento equivalente a quatro vezes a energia gerada no mesmo período por uma grande usina hidrelétrica.

—O que dificulta a utilização da energia solar é a falta de divulgação pelo governo, pois a maioria das pessoas não sabe que existe essa opção — lamentou.

João Alberto cobra recursos para irrigação

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) comunicou ao Plenário que encaminhou à ministra da Integração Nacional, Mary Dayse Kinzo, requerimento solicitando informações sobre dois projetos de irrigação no estado do Maranhão. Ele apelou ao presidente



João Alberto quer garantir continuidade de projetos no Maranhão

Fernando Henrique Cardoso e às autoridades da área para que garantam a continuidade dos projetos São Bernardo e Baixada Ocidental Maranhense, que tiveram suas obras iniciadas em 1987 pelo

extinto Ministério da Irrigação.

Sem recursos desde novembro de 2001, disse o senador, as obras correm o risco de perder a infra-estrutura já implantada. Não há combustível para as máquinas e carros do projeto, e as sedes não dispõem de telefone porque as

linhas foram cortadas, segundo informou. Ele também mencionou a desagregação da equipe técnica preparada para desenvolver o projeto, que está sem salário há seis meses.

João Alberto Souza classificou como constrangedora a situação dos defensores dos projetos de irrigação, que, na luta pela liberação de recursos, “são obrigados a perambular por gabinetes, ouvindo apenas promessas de solução e colhendo protelação e desgaste”. O senador afirmou que “obras inacabadas, projetos abandonados e trabalhadores mantidos à mingua alicerçam o desperdício e consagram o descompromisso”.

A implantação dos dois projetos, localizados em áreas próximas aos municípios de Magalhães de Almeida, Aroeiras, Palmeirândia, Peri-Mirim e Pinheiro, permitiria, conforme o senador, a irrigação de cerca de 45 mil hectares.

Tocantins pode ter mais duas hidrelétricas, diz Quintanilha

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) destacou ontem a assinatura, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, de contratos para outorga de concessão de uso de bem público dos aproveitamentos hidrelétricos em várias regiões, que incluem dois projetos situados no



Leomar Quintanilha aplaudiu o ato presidencial de concessão

Tocantins: o Projeto São Salvador, no Rio Tocantins, e o Projeto de Santa Izabel, no rio Araguaia. O senador reportou-se à presença do governador do estado, Siqueira Campos, na solenidade.

Os investimentos previstos nos dois projetos, da ordem de R\$ 2 bilhões, afirmou o senador, irão contribuir para irrigar a economia do Tocantins, gerando mais riquezas e postos de trabalho, além do

atendimento da necessidade de energia de outras regiões brasileiras. O senador lembrou que somente a Usina Luís Eduardo Magalhães, com capacidade de geração de 950 MW, atende à demanda do Tocantins, que não passa de 150 megawatts.

Quintanilha ressaltou a importância da ampliação da disponibilidade de energia, que ele considera o combustível do desenvolvimento. O senador salientou o avanço do fornecimento de energia no meio rural, o que permite ao homem do campo oferecer condições mais saudáveis a sua família, através da otimização das atividades econômicas, sejam elas pesqueira, pastoril ou agrícola.

Sampaio defende utilização da água subterrânea do Nordeste

O senador Benício Sampaio (PPB-PI) conclamou os ministros de Minas e Energia, da Integração Nacional, do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente a se articularem com a Agência Nacional de Águas (ANA) para viabilizar a implantação do Programa de Água Subterrânea para a Região Nordeste. O programa visa, basicamente, gerar informação e conhecimento necessários para subsidiar o desenvolvimento da região utilizando racionalmente as águas subterrâneas disponíveis.

Benício Sampaio defendeu que o Brasil deve superar o velho paradigma de supervalorizar a água superficial em detrimento da água



Uma das maiores reservas de água está no Piauí, disse Benício Sampaio

subterrânea. Para ele, os planejadores de políticas públicas buscam soluções para a falta de água no Nordeste apenas por meio de barragens e açudes. “Mas essa é uma atitude temerária e limitada, uma vez que a evaporação das superfícies de água no subsolo é intensa”, argumentou.

A escassez de água no Nordeste, além de favorecer o empobrecimento, prejudica a agricultura e gerará “grandes tensões sociais nas próximas décadas”, previu. Ele disse que o Piauí, um dos estados mais pobres do país, é detentor de um dos maiores potenciais de água subterrânea de boa qualidade.

Senadores do Piauí reivindicam hidrovias

A construção de uma hidrovia no Parnaíba, principal rio do Piauí, é um projeto viável, de baixo custo, e que pode assegurar lucratividade a diversos setores empresariais, especialmente o agroindustrial. A tese foi defendida pelos três senadores do estado, Alberto Silva (PMDB), Freitas Neto (PSDB) e Benício Sampaio (PPB), durante encontro com di-

retores da Empresa de Navegação Caramuru, de São Paulo, especializada no beneficiamento e no transporte de grãos por hidrovias.

Alberto Silva, idealizador da proposta da hidrovia, apresentou dados demonstrando que o projeto, além de barato e rentável, poderá fazer com que o Piauí se transforme no maior pólo industrial do Norte e Nordeste, o que geraria

grande número de empregos.

Isso porque, segundo informaram os três senadores, o cerrado piauiense tem alto potencial na produção de grãos, possuindo cinco milhões de hectares de terras agricultáveis. Assim, milhares de toneladas de grãos, principalmente soja, poderiam ser transportadas pelo rio até a capital, Teresina, de maneira barata e rápida.



Alberto Silva, Freitas Neto e Benício Sampaio expuseram o projeto a empresários paulistas ligados a beneficiamento e transporte de grãos

CAE autoriza aval da União a empréstimos

Mensagens presidenciais, referentes à contratação de créditos externos da ordem de US\$ 360 milhões, serão agora votadas no Plenário do Senado, em regime de urgência. Dinheiro se destina principalmente a recuperação de rodovias



Antonio Carlos Júnior quer elevar para 40% alíquota sobre remessa ao exterior de lucro com filme estrangeiro

Educação analisará projeto que beneficia cinema nacional

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decidiu ontem, por unanimidade, enviar ao exame da Comissão de Educação (CE) projeto de lei da Câmara que eleva de 25% para 40% a alíquota do Imposto de Renda incidente sobre as remessas ao exterior de rendimentos provenientes da exploração de obras audiovisuais estrangeiras. A medida, segundo o seu relator, senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), tem como objetivo básico incentivar a produção de filmes nacionais, atenuando os efeitos perniciosos da concorrência estrangeira, que ocupa atualmente 90% do mercado brasileiro.

— A produção nacional, que já parte da desvantagem quantitativa, enfrenta ainda a enorme dificuldade de acesso aos canais televisivos e às salas de exibição. Concorrem para isso os sólidos liames e entrelaçamentos de interesses comerciais de há muito estabelecidos, que funcionam à feição e com os efeitos de um oligopólio em favor do produto estrangeiro — observou o relator.

DECISÃO ACERTADA

Para os senadores Roberto Saturnino (sem partido-RJ) e José Fogaça (PPS-RS), foi acertada a decisão do relator de enviar a matéria à análise da CE, onde, segundo Saturnino, o assunto poderá ser examinado mais detidamente pela Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática.

Antonio Carlos Júnior diz ainda em seu parecer que o mercado brasileiro funciona atualmente como um segmento cativo, destinado a garantir escala

de consumo e de amortização de custos para filmes oriundos de grandes centros produtores internacionais. Graças a uma escala de consumo mundial, explica o senador, os grandes produtores estrangeiros conseguem colocar seus filmes no Brasil a um custo baixíssimo, quase proibitivo para o cinema nacional, que não dispõe de facilidades para colocar seu produto em outros mercados que não o interno, onde ainda tem que enfrentar uma competição estrangeira desleal.

A CAE aprovou também requerimento dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Heloísa Helena (PT-AL), Lauro Campos (PDT-DF), José Fogaça e Jefferson Péres (PDT-AM) convidando, para uma audiência pública naquela comissão, o ministro do Desenvolvimento Agrário, José Abrão, para que ele explique notícias veiculadas pelo jornal *Folha de S. Paulo*, sobre irregularidades nos assentamentos rurais feitos pelo atual governo. Segundo Suplicy, o jornal paulista identificou várias unidades constantes das estatísticas oficiais como integrantes dos assentamentos, sem terem tido, de fato, essa ocupação.

A Comissão de Assuntos Sociais ouviu hoje à tarde, após a Ordem do Dia, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Eleazar de Carvalho Filho, que deverá prestar esclarecimentos sobre o mecanismo de capitalização montado pela instituição para socorrer a empresa Globo Cabo, envolvendo recursos da ordem de R\$ 1 bilhão.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável a mensagens presidenciais solicitando autorização para que a União avalize operações de empréstimos externos totalizando mais de US\$ 340 milhões. As matérias, que serão votadas em regime de urgência pelo Plenário do Senado, beneficiam o governo federal, os estados de Santa Catarina e Mato Grosso do Sul e a Região Nordeste.

Durante a reunião, os senadores ouviram o governador de Santa Catarina, Esperidião Amin, que veio explicar a importância dos dois empréstimos pleiteados pelo seu estado: o primeiro, de US\$ 150 milhões, financiará a fase 4 do programa rodoviário estadual, a ser contratado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); o segundo, de US\$ 62,8 milhões, é destinado ao Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor (Prapem), a ser contratado junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

A parte da reunião da CAE em que os senadores discutiram e votaram os pedidos de empréstimo para Santa Catarina foi presidida pelo senador Geraldo Althoff (PFL-SC), numa deferência do presidente da comissão, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Para garantir rapidez na votação dos pedidos, Alcântara assumiu a incumbência de relatá-los. O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) também destacou a importância dos emprésti-



Presente à reunião, o governador Esperidião Amin (E), ao lado de Geraldo Althoff, Lúcio Alcântara e José Fogaça, defendeu os dois pleitos de seu estado

mos para seu estado.

Esperidião Amin explicou aos senadores que as finanças de Santa Catarina estão plenamente recuperadas, com receita tributária em franco crescimento e um invejável perfil de exportações — mais de US\$ 3 bilhões este ano. O estado vem se industrializando de forma rápida e também marcando presença na área do desenvolvimento de *softwares*. Segundo o governador, o fluxo de turistas, principalmente de São Paulo, compensou as perdas sofridas pelo estado com a queda do fluxo de turistas argentinos.

FONPLATA

Também devem receber aval da União empréstimo externo de US\$ 6,147 milhões pleiteado pelo município de Campo Grande (MS), cujos recursos financiarão parte do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e de Preservação do Córrego Sóter; e um em-

préstimo de US\$ 24 milhões, para o financiamento parcial da pavimentação asfáltica de 184 quilômetros da rodovia MS-384, nos trechos Antônio João-Bela Vista-Caracol-Entroncamento com a BR-267, solicitado pelo governo de Mato Grosso do Sul. Ambos os empréstimos serão contratados junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata).

Receberam ainda pareceres favoráveis da CAE dois outros pedidos de aval da União para um empréstimo externo de US\$ 30 milhões, que será contratado entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o BID, destinado ao Programa de Crédito Produtivo Popular para o Nordeste (Crediamigo); e outro de US\$ 68 milhões, entre o governo federal e o Banco Mundial (Bird), para o Programa de Saúde Família no Brasil, do Ministério da Saúde.

ICMS interestadual sobre energia deve ficar com estado consumidor

Na tentativa de evitar questionamentos judiciais feitos com o objetivo de reduzir o pagamento de impostos, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem parecer do senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) favorável a projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), presidente da comissão, que procura deixar mais clara a base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre energia elétrica.

Aprovada em caráter não terminativo, a proposta estabelece, como prevê a Constituição, que

a alíquota interestadual do ICMS sobre energia elétrica destina-se ao estado consumidor e não ao produtor.

Para evitar futuras demandas judiciais contra a cobrança do ICMS incidente sobre energia elétrica, o projeto altera a chamada Lei Kandir para especificar que a base de cálculo daquele tributo nas operações de entrada interestadual de energia elétrica destinada a consumidor final “será o total cobrado do adquirente, nele computados todos os encargos, tais como os de geração, importação, conexão, conversão, transmissão e

distribuição”.

Segundo Antonio Carlos Júnior, o projeto de Alcântara é oportuno, no momento, para adequar a legislação atual às transformações do mercado decorrentes da privatização das empresas concessionárias do setor energético e ao surgimento de novas modalidades de transações comerciais relativas ao mercado de energia elétrica. A proposta evidencia que a incidência do ICMS alcança todas as etapas, da produção à distribuição de energia elétrica, e que a alíquota incidirá sobre o total cobrado do consumidor final.

Soja da Amazônia pode conquistar mercado internacional, diz Mozarildo

Conforme o senador, a lavoura não está avançando sobre a floresta nem causando problemas ambientais. Com melhoria no escoamento, acrescenta, a produção teria crescimento expressivo



Mozarildo Cavalcanti lamenta "teses alarmistas" divulgadas por algumas ONGs

Roosevelt Pinheiro

Observando que os produtores norte-americanos de soja só são competitivos à custa de pesados subsídios do governo, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) afirmou ontem que, se os agricultores da Amazônia puderem fazer seu produto chegar ao mercado internacional, acabarão por desbancar a soja produzida nos Estados Unidos.

Ao classificar como extraordinário o potencial para a produção de soja na Amazônia, o parlamentar disse que essa lavoura não está avançando sobre a floresta nem causando problemas ambientais. Em sua opinião, o único problema da soja ali é a dificuldade de transporte; se o governo brasileiro fizer os investimentos ne-

cessários na BR-163, observou, a Cargill, principal compradora do produto, já tem planos para um novo terminal graneleiro em Santarém.

Mozarildo disse ainda que, com a facilidade de escoamento, a produção amazônica de soja poderia disparar, trazendo ao país divisas fundamentais para a solução dos problemas econômicos e sociais. Ele lamentou que, mesmo assim, organizações não-governamentais continuem veiculando teses alarmistas, tentando convencer a opinião pública dos centros decisórios do país de que a soja ameaça a floresta tropical úmida.

De acordo com o senador, é a ação dessas ONGs que embarga obras de hidrovias na Amazônia,

impedindo, assim, a redução do custo de transporte da produção agrícola da região.

— Em nenhum outro lugar do mundo obras de hidrovias são bloqueadas por questões ambientais, só na Amazônia — reclamou.

A esse respeito, Mozarildo Cavalcanti disse que não é por mero acaso que a maioria dessas ONGs têm sede nos Estados Unidos, justamente o país que mais perderá se o Brasil conquistar posições no mercado mundial da soja.

— Deixemos de dar ouvidos a esses mistificadores — pediu o senador, acrescentando que a maior ameaça à Amazônia "é a ignorância por parte de brasileiros até bem-intencionados, mas excessivamente crédulos".

Requião denuncia "negociata" na privatização do Banestado

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) denunciou ontem em Plenário o que classificou como "negociata" ocorrida com a venda do Banco do Estado do Paraná (Banestado) ao Banco Itaú.

Segundo o senador, o grupo Goldman & Sachs, contratado pelo governo do estado para fazer a avaliação

do Banestado, estabeleceu um preço muito baixo para a venda. Terminada a transação, disse Requião, a Goldman & Sachs comprou os créditos do Itaú contra empresários paranaenses, no valor de R\$ 537,6 milhões, por apenas R\$ 12,037 milhões, ou o equivalente a 2,24% do valor das dívidas. A denúncia tem como base documentos do Banco Central e uma transcrição do contrato feito entre o Banestado/Itaú e o grupo Goldman & Sachs, enviados ao senador sem identificação do remetente.

— Hoje, a Goldman & Sachs está executando a dívida pelo seu valor real, mais as multas e juros. O governador Jaime Lerner foi flagrado, pilhado, em mais uma incrível ma-



Roberto Requião sugeriu aos empresários paranaenses que recorram ao Judiciário

Roosevelt Pinheiro

landragem, prejudicando o povo e os empresários paranaenses. Sugiro a esses empresários que vão a juízo e exerçam seu direito de preferência. Por que o Itaú não ofereceu o mesmo negócio aos credores, quitar a dívida por 2,24% do seu valor real? Depositam 2,24% do dé-

bitos em juízo — sugeriu o senador.

CANDIDATURA

Requião também defendeu a candidatura do senador Pedro Simon (PMDB-RS) à Presidência da República. Caso não se concretize essa candidatura, ele disse que tem simpatia pessoal por uma coligação com o PT, mas não descarta uma conversa com o PSDB, desde que gire em torno de um programa econômico alternativo e nacionalista. "Devemos, sim, conversar com Serra, com Lula, e procurar o melhor caminho. Devemos discutir um programa de recuperação do país, um programa de salvação nacional. O Brasil vai muito mal, apesar da grande imprensa. Estamos a caminho da argentinização", assinalou.

Eduardo Siqueira Campos aponta abusos nas tarifas bancárias

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) lamentou o abuso das instituições financeiras, que cobram altas tarifas dos correntistas. Segundo ele, também os juros cobrados pelos bancos, tanto do governo federal quanto dos correntistas, são excessivos. O sistema bancário, afirmou o parlamentar, tem cada vez mais

auferido lucros, em contraposição às agruras que boa parte do empresariado nacional vem passando.

Para exemplificar as tarifas exageradas aplicadas pelo sistema bancário aos correntistas, o senador citou dados da Associação dos Direitos Financeiros do Consumidor, que apontam uma variação da taxa do cheque especial entre 158% e 165% ao ano.

— São valores astronômicos para uma economia de baixa inflação, como a que estamos vivendo, em que as taxas anuais não chegam a dois dígitos — salientou.

De acordo com Eduardo Siqueira Campos, desde que as cobranças de tarifas foram liberadas, em 1996,



Eduardo: bancos aumentam lucros enquanto empresários enfrentam dificuldades

Roosevelt Pinheiro

o número de reclamações pelos clientes nos órgãos de defesa do consumidor aumentou.

O representante do Tocantins afirmou ainda que os correntistas têm dificuldades para identificar cada cobrança — uma vez que cada instituição adota uma nomenclatura di-

ferente — e checar a validade do débito. Ele acrescentou que o valor das tarifas também varia enormemente de uma instituição para outra.

Ao final de seu discurso, Eduardo disse que a situação pode se agravar ainda mais com a adoção da Transferência Automática Disponível — sistema de pagamentos que compensa cheques e emite ordem de crédito de forma instantânea, reduzindo os riscos tanto para os clientes quanto para o sistema financeiro. O lançamento do novo sistema bancário está previsto para o dia 22 deste mês.

— A inovação, portanto, é bem-vinda, mas assusta-nos a possibilidade de as tarifas aumentarem — ressaltou Eduardo.

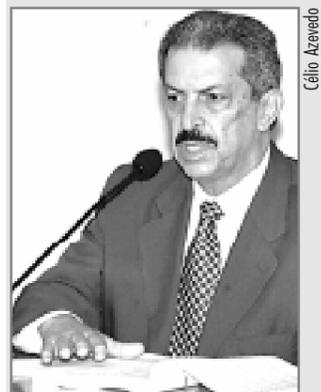
Tuma registra cinquentenário da Mackenzie

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) homenageou o transcurso do cinquentenário da Universidade Presbiteriana Mackenzie no Brasil, que, observou, ao formar gerações de jovens cidadãos competentes para entrar num mercado cada dia mais competitivo, tornou-se referência paulista e nacional.

Segundo Tuma, a universidade foi formada pela reunião de diversos cursos superiores, nascidos isolados e tendo a Escola de Engenharia como precursora. Como há 50 anos, a universidade brasileira vê-se, hoje, diante do desafio de alcançar um patamar de qualidade em sua produção científica, ao mesmo tempo inovador e competitivo, acrescentou o senador.

Tuma lembrou que os dedicados missionários da Universidade Presbiteriana Mackenzie vieram para o Brasil em 1871 e inovaram a educação no país ao colocar, numa mesma sala de aula, meninos e meninas de diferentes etnias e religiões, e ao abolir os castigos físicos, prática comum nas escolas da época. Suas atitudes baseavam-se na crença presbiteriana de que, para Deus, não existem diferenças entre os seres humanos e o preconceito não encontra lugar na religião.

Somente em 1952 o então presidente Getúlio Vargas premiou a dedicação pedagógica dos missionários, disse Tuma, autorizando a formação da Universidade Presbiteriana Mackenzie, hoje um complexo educacional situado no coração da cidade de São Paulo, reunindo 28 mil alunos em onze faculdades e diversos cursos de pós-graduação, mestrado e especialização.



Segundo Romeu Tuma, a universidade tornou-se referência paulista e nacional

Célio Azevedo

Stadler quer isentar doador da taxa de emissão de identidade

Projeto de lei apresentado pelo senador Ari Stadler (PPB-SC) propõe isenção do pagamento da taxa de expedição para aquisição da carteira de identidade às pessoas que optarem por fazer constar no documento a condição



Ari Stadler diz que lei contribuirá para aprimorar solidariedade humana

de doadores de órgãos. A matéria está em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa, ou seja, cabe à comissão dar a última palavra do Senado Federal sobre o assunto, a não ser que haja requerimento para que a matéria seja votada em Plenário.

Na justificativa do projeto, Ari Stadler lembra que alguns estados não cobram pela expedição da carteira de identidade, como

Amazonas e Amapá. No Rio de Janeiro e no Distrito Federal apenas a segunda via é cobrada, mas a maioria dos estados cobra a emissão das duas vias. Em alguns casos, acrescentou, a taxa não é barata.

Ainda de acordo com o senador, a isenção, além de ajudar aqueles que dispõem de pouca renda, poderá aumentar o número de doadores, ainda pequeno no país, e milhares de pessoas que aguardam doações podem ser salvas.

— Esperamos a aprovação da presente iniciativa, certos de que o advento de uma lei com tal alcance contribuirá substancialmente para o aprimoramento da noção de solidariedade humana — argumenta Stadler.

Mauro defende concessão de moradia para as mulheres

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) defendeu a aprovação, pela Câmara dos Deputados, de projeto de lei de sua autoria que dá prioridade às mulheres em programas habitacionais promovidos com recursos da União para

populações de baixa renda e sem necessidade de contrapartida. A matéria foi aprovada em caráter terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no início de abril, a partir de relatório da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), e está pronta para ir à Câmara.

— Espero que os deputados entendam o sentido de urgência de resgatar, de uma vez por todas, a dívida habitacional do Brasil com as mulheres mais humildes e sacrificadas da nossa sociedade — afirmou Mauro Miranda sobre sua proposta, batizada de “Moradia-Mulher”, que prevê ainda que 50% das unidades distribuídas nos programas governamentais sejam destinadas às mulheres.

De acordo com o senador, as mulheres são as principais vítimas do déficit habitacional, que, segun-

do estudo da Fundação João Pinheiro, deve chegar a 6,54 milhões de moradias. A situação deixa 39,4 milhões de pessoas que recebem até um salário mínimo na situação humilhante de “sem-teto”.

Mauro destacou que a população feminina, que já ultrapassa a masculina no país em mais de 3 milhões de pessoas, é responsável por um número cada vez maior de lares brasileiros. O fenômeno, segundo o senador, verifica-se com mais intensidade entre mulheres de baixa renda que respondem solitariamente pela manutenção da família, mesmo recebendo, na maioria das oportunidades, salários inferiores aos dos homens.

O senador registrou que a meta do governo de construir dois milhões de moradias até 2002 foi frustrada, pois, segundo o ex-presidente da Caixa Econômica Federal, Emílio Carazzai, a cada ano é gerada a necessidade de 900 mil moradias para as novas famílias. Ou seja, o país precisaria produzir 1,3 milhão de novas casas por ano para eliminar o déficit em uma década.



Para Mauro, mulheres são as principais vítimas do déficit habitacional

Normas para saneamento já tramitam na Câmara

Projeto de Paulo Hartung trata das concessões de exploração, universalização do serviço e política de tarifas progressivas

O projeto que institui normas para as concessões de exploração do saneamento básico, a universalização do serviço e uma política de tarifas progressivas para beneficiar famílias de baixa renda, de autoria do senador Paulo Hartung (PSB-ES), já está tramitando na Câmara dos Deputados. No Senado, a matéria foi aprovada em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Enviado à Câmara no dia 19 deste mês, o projeto acrescenta dispositivos à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que trata do regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos. A proposta de Hartung estabelece normas para o setor até que seja publicada a lei com



Hartung: tarifas progressivas para financiar consumidor de baixa renda

diretrizes nacionais para o saneamento básico, de modo que as concessões para a exploração desse serviço sejam feitas em caráter não oneroso e universal, para garantir investimentos por parte da concessionária ou permissionária.

Segundo o projeto, que ressalva a propriedade pública da rede de saneamento, deverá haver adoção de tarifas progressivas, a fim de que o próprio sistema financie os consumidores de baixa renda. O prazo estabelecido para a concessão ou permissão de serviços de saneamento será de, no máximo, dez anos, vedada a prorrogação.

— É absolutamente necessário termos um marco regulatório nacional que fixe as diretrizes para o setor, garantindo as condições mínimas exigíveis do prestador público ou privado, que assegure a oferta do serviço adequado, qualitativa e quantitativamente, para a população, tendo como norte a universalização e a melhoria das condições de vida dos cidadãos e do meio ambiente — justifica o senador.

Pensão para Juruna vai ao exame dos deputados

Como não houve apresentação de recurso para que a matéria fosse votada em Plenário, foi considerado definitivamente aprovado pelo Senado o projeto de lei que concede pensão especial ao índio xavante Mário Juruna, ex-deputado federal pelo Rio de Janeiro. A matéria, de autoria do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), tinha sido aprovada em caráter terminativo no último dia 13 pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com parecer favorável do senador Sebastião Rocha

(PDT-AP). A proposta segue agora para o exame da Câmara dos Deputados.

Rocha explicou que a pensão será vitalícia, com remuneração de função de nível superior do funcionalismo público federal. Na reunião da CCJ, Rocha resumiu a trajetória de Juruna, primeiro índio a obter um mandato federal, ainda nas eleições de 1982.

Juruna, que esteve presente na reunião da CCJ, ocupou diversos cargos públicos mas não conseguiu reunir tempo para aposentar-se.



Carlos Bezerra propõe pensão vitalícia para Mário Juruna, índio e ex-deputado federal

Vive hoje em uma cadeira de rodas, com graves problemas de saúde, e sem recursos para manter sua família, conforme observou o relator. Rocha lembrou que pensões similares foram concedidas aos irmãos Cláudio e Orlando Villas Boas, sertanistas da Funai.

Bolsas podem beneficiar negros e índios

Foi encaminhado à Câmara dos Deputados na última sexta-feira — depois de aprovado em decisão terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e transcorridas cinco sessões sem que houvesse recurso para apreciação da matéria em Plenário — projeto do senador Waldeck Ornélas (PFL-



Waldeck Ornélas lembra que 64% dos pobres brasileiros são negros

BA) que dá aos alunos brasileiros afro-descendentes “prioridade absoluta” de acesso a bolsas de estudos concedidas por instituições de ensino que gozam de incentivo fiscal previdenciário previsto em lei.

Os descendentes dos índios brasileiros também foram incluídos como benefi-

ciários da lei, conforme sugestão do senador Roberto Requião (PMDB-PR) acatada pelo relator da matéria na CCJ, senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA). Ornélas salientou que os negros e pardos no Brasil constituem 43,5% da população, sendo que 64% dos pobres são negros, índice que atinge 69% quando se observa o total de indigentes. “Depois de 114 anos da abolição da escravatura, precisamos caminhar no sentido de uma reparação para com a raça negra”, afirmou o senador.

ciários da lei, conforme sugestão do senador Roberto Requião (PMDB-PR) acatada pelo relator da matéria na CCJ, senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA).

Ornélas salientou que os negros e pardos no Brasil constituem 43,5% da população, sendo que 64% dos pobres são negros, índice que atinge 69% quando se observa o total de indigentes. “Depois de 114 anos da abolição da escravatura, precisamos caminhar no sentido de uma reparação para com a raça negra”, afirmou o senador.

Ramez Tebet quer Senado aberto à sociedade

Para o presidente, Casa deve atuar na superação dos problemas da educação infantil. Falando na abertura de simpósio sobre o assunto, ele denominou educadores de “agentes políticos”, com importância equivalente aos parlamentares

Legislação é omissa sobre financiamento para a pré-escola

A educação infantil atende 6,6 milhões de crianças, hoje, no Brasil, das quais 5,4 milhões na idade considerada correta para a frequência às creches e às pré-escolas: de zero a seis anos. As regras para o financiamento desses serviços, porém, não estão previstas nem na Constituição, nem na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

— A legislação é omissa no que se refere a financiamento — apontou ontem a pesquisadora Fúlvia Rosenberg, da Fundação Carlos Chagas, durante o simpósio “Educação Infantil: Construindo o Presente”, promovido pela Comissão de Educação.

A prioridade da LDB, disse Fúlvia, é a educação fundamental. Mas é entre as famílias com crianças de zero a seis anos que se encontram os piores indicadores sociais do país, observou a pesquisadora.

Ela relatou que 45% dessas famílias possuem renda familiar *per capita* inferior a meio salário mínimo. Em casos mais graves, como o de famílias não-brancas da área rural do Nordeste, a renda limita-se a 0,29 salário mínimo.

Essas famílias, acrescentou a professora, sofrem problemas de falta de água, saneamento básico e coleta de lixo, expondo as crianças a situações de risco à saúde durante 24 horas por dia, por falta de oferta de educação infantil. Mesmo assim, disse Fúlvia, programas governamentais de combate à pobreza, como o bolsa-escola, destinam-se somente a famílias que têm filhos no ensino fundamental.

Em nome da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que co-patrocinou o evento, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, vice-presidente da entidade, disse que a educação infantil é a base da construção de um país moderno, e deve ser preocupação central da sociedade e do poder público.

Durante a abertura do simpósio “Educação Infantil: Construindo o Presente”, ontem, o presidente do Senado, Ramez Tebet, defendeu uma ampla abertura do Poder Legislativo aos movimentos sociais. Ele classificou de “sublime” a tarefa dos educadores, que qualificou de “agentes políticos” tão importantes como deputados e senadores.

— Não quero o Senado só fechado no Plenário, mas sim aberto à sociedade. Esta é uma Casa que representa a Federação e tem que chamar o Brasil para discutir os seus problemas, uma vez que o Senado tem um papel importante na redução das desigualdades sociais e regionais — afirmou Tebet a educadores de todo o país que participaram da abertura do evento, no Auditório Petrônio

Atendimento à primeira infância deve ser aperfeiçoado

O presidente da Comissão de Educação (CE), senador Ricardo Santos (PSDB-ES), anunciou que dará prioridade à busca de soluções para os problemas da educação infantil. O aperfeiçoamento do ensino oferecido à primeira infância, observou, beneficiará principalmente as crianças socialmente mais vulneráveis.

— A educação infantil de qualidade é condição essencial para o sucesso escolar. Pesquisas feitas em todo o mundo confirmam que ela tem efeitos positivos sobre o aproveitamento das crianças no ensino fundamental — disse Ricardo Santos, na abertura do simpósio “Educação Infantil: Construindo o Presente”, promovido pela CE, que reuniu educadores de todo o Brasil no Auditório Petrônio Portella.

Para Ricardo Santos, o desafio de se adotar uma educação infantil de qualidade é de natureza ética e política, uma vez que a população mais pobre seria a maior beneficiada. Ele defendeu um pacto nesse sentido entre o go-

verno e a sociedade.

O representante da Unesco no Brasil, Jorge Werthein, afirmou na abertura do simpósio que o período de zero a seis anos é o mais importante, na vida de uma criança, para a formação de uma base de competências e habilidades. “É quando se aprende a aprender”, observou.

Werthein mencionou dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) segundo os quais para cada ano na pré-escola uma criança alcança, em média, mais 0,4 ano de escolaridade e mais 6% de renda futura. Ao citar o poeta Mário Quintana, ele disse que democracia pode ser definida como o regime que garante a todos “o mesmo ponto de partida”.

A educação infantil, no entanto, ainda enfrenta problemas, principalmente de financiamento, como observou o presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Adeum Sauer. Apesar de ser indicado pela Constituição como o responsável pelo setor, o município nem

escolas particulares, enquanto os mais pobres dependem dos investimentos feitos pelo poder público. Na opinião de Tebet, o Legislativo e o Executivo devem empenhar-se no desenvolvimento da educação infantil.

sempre tem condições de desenvolver programas de qualidade nessa área. “Precisamos de mais recursos”, disse Sauer.

A presidente do Conselho de Secretários Estaduais de Educação, Miriam Schilkman, afirmou que, apesar da responsabilidade direta pela educação infantil ser dos municípios, os estados não podem ficar omissos. “Podem oferecer cooperação técnica e apoio financeiro, quando necessário”, defendeu.

Por sua vez, a presidente do Movimento Interfóruns pela Educação Infantil, Maria Fernanda Neves, disse que deve ser prioritária a defesa de uma política educacional que leve em conta as crianças de zero a seis anos e responda a questões ainda pendentes, como o financiamento da educação infantil e a carreira dos professores. O representante adjunto do Unicef, Craig Loftin, defendeu o fortalecimento da família como caminho para um melhor desenvolvimento da primeira infância.



Tebet participa da abertura do simpósio “Educação Infantil: Construindo o Presente”

Fotos: José Cruz

Santos divulga simpósio sobre educação infantil

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) anunciou, ontem, que as Comissões de Educação do Congresso realizam até quinta-feira o simpósio “Educação Infantil: Construindo o Futuro”, parte das solenidades da Semana Unesco de Educação para Todos. O simpósio é patrocinado ainda pelo Ministério da Educação, Serviço Social da Indústria (Sesi), Movimento Interfóruns de Educação Infantil, e outros.

Segundo o presidente da CE, os principais objetivos do simpósio são propor soluções para os entraves do Plano Nacional de Educação referentes à educação infantil e divulgar carta de compromisso para o efetivo cumprimento de suas metas nos planos federal, estadual e municipal.

Santos observou que a educação é o caminho por excelência para o desenvolvimento humano, impedindo inúmeros males. Além de estar relacionada à melhoria de cuidados com as crianças, à redução da mortalidade infantil e à prevenção de acidentes, a educação constitui o melhor meio de luta contra as doenças sexualmente transmissíveis, especialmente a Aids, por seu papel preventivo.

O senador observou que a CE tem competência legal de participar do acompanhamento e da avaliação do Plano Nacional de Educação e de seus desdobramentos nos estados e municípios, levando em conta os quatro pilares destacados no relatório Delors sobre educação para o século XXI: aprender a conhecer, a fazer, a conviver e, principalmente, a ser.



Para Ricardo Santos, educação infantil de qualidade requer um pacto entre governo e sociedade

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares e Mozarildo Cavalcanti